

FECHAMENTO RELATIVO À PARTIR DE 1981

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 01.06.1982

Está ficando cada vez mais claro que o processo de abertura política sofreu uma inflexão importante no primeiro semestre de 1981, a partir do episódio do Rio-centro. Tem início então um processo de paralisação da abertura, ou mais exatamente, de fechamento político relativo.

O resultado imediato do comportamento do Governo diante do atentado terrorista foi a queda do General Golbery, o fortalecimento da direita autoritária do nível do Exército e do Governo e a paralisação do processo de abertura política.

É certo que esse fortalecimento da direita autoritária no seio de um Governo já intrinsecamente autoritário é um processo limitado. Não permitiu um definitivo retrocesso no processo de redemocratização, na medida em que as eleições de 1982 foram mantidas.

Mas permitiu uma inflexão do processo de abertura em dois sentidos, ambos relacionados com as eleições do final deste ano: de um lado o Governo decidiu lutar pela vitória eleitoral, adotando a estratégia autoritário-populista de (a) colocar toda a máquina (e os recursos) do Governo a serviço dessa meta, e de (b) montar uma legislação baseada na vinculação total de votos, que levou à divisão da oposição; de outro lado, prevendo a derrota parcial nas eleições (perda da maioria no Congresso e no colégio eleitoral que elegerá o presidente da República em 1984), o Governo decidiu (c) usar uma série de medidas de claro fechamento político para impedir que essa nove maioria faça valer democraticamente sua vontade. As medidas essenciais nesse sentido são a exigência de dois terços para mudar a Constituição e a emenda Lobão visando alterar a composição do Colégio Eleitoral de forma a dar um peso muito maior para os pequenos Estados onde as chances eleitorais do PDS são maiores.

Resta saber qual será o êxito de toda essa estratégia. O populismo autoritário vai desde a utilização desavergonhada de verbas oficiais de propaganda, da nomeação em massa de

funcionários e da publicação de pesquisas de opinião pública distorcidas, até a criação de um Finsocial que (nos termos clássicos do pior populismo) aumentará as despesas de consumo social às custas dos próprios trabalhadores que se pretende beneficiar, ou seja, às custas de imposto indireto e de aumento do tributo inflacionário. É pouco provável que esse populismo desmoralizado tenha pernas longas, embora sua efetividade não possa ser descartada.

Quanto às medidas legislativas de fechamento, não obstante sua irracionalidade autoritária essencial, que Ruy Lopes vem salientando com grande clareza em seus artigos nesta “Folha”, é preciso admitir que seus efeitos são mais graves. A esperança e a probabilidade maior, entretanto, residem na unidade da sociedade civil em favor da verdadeira redemocratização.

Essa unidade, que era clara entre 1977 e 1979, foi em seguida minada por três fatos: (a) pela própria abertura, que arrefeceu a oposição; (b) pelas greves de 1979 e 1980, que fizeram a burguesia lembrar de seu conflito básico com os trabalhadores; (c) pela divisão das oposições, forçada pela extinção dos antigos partidos e pela vinculação total de votos. Mas essa unidade pode ser relativamente restabelecida a medida em que se aproximam as eleições e que fia cada vez mais clara a ameaça autoritária que pesa sobre o Brasil.(01/06)